

HISTÓRIA DO USO DO TEMPO LIVRE: A EMERGÊNCIA DO LAZER (INGLATERRA, SÉCULO XVIII)¹

Victor Andrade de Melo²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir como se conformaram costumes e usos do tempo na Inglaterra do século XVIII tendo em conta que, no período, a estruturação das fábricas e a subsequente necessidade de facilitar a circulação de mercadorias transformaram a cidade no *locus* privilegiado de vivências sociais. À necessidade de forjar um conjunto de comportamentos considerados adequados para a consolidação do modelo de sociedade em construção, adentrou-se a reorganização dos tempos sociais, dando origem a um mais claro delineamento do tempo livre. Que relação se pode estabelecer entre essa nova dinâmica dos tempos sociais e as tensões relacionadas à construção de um novo *modus vivendi*? Como se estruturou um conceito moderno de lazer?

Palavras-chave: História do Lazer. Revolução Industrial. Inglaterra.

INTRODUÇÃO

A palavra *leisure* surgiu na Inglaterra do século XIV, com o sentido de “oportunidade de fazer algo”, derivada do francês medieval *leisour*, que, por sua vez, era originário do francês antigo *leisir*, que significava “ser permitido”. Sua origem era a palavra em latim *licere*, que significava “ser lícito”. O conceito moderno de lazer, contudo, somente começou a se sistematizar a partir do século XVIII.

No decorrer dessa centúria, a articulação entre o desenvolvimento de um novo modelo econômico, que tem como um dos parâmetros centrais o modo de produção fabril; uma nova organização política – o fim do absolutismo e a gestão da ideia de Estado-nação –; a melhor estruturação de um conjunto de posições acerca da vida em sociedade, decorrentes do iluminismo e do liberalismo, e a nova conformação social, com o delineamento de classes sociais, o crescimento do poder da burguesia e o surgimento da classe operária, configuraram um momento histórico marcado pela ruptura com o passado: “A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo” (KOSELLECK, 1999, p. 9).

1 Este artigo incorpora de forma resumida e atualizada algumas reflexões sobre o tema que tenho apresentado nos últimos anos.

2 Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho, com estudos de pós-doutorado em Estudos Culturais (UFRJ, 2004), História (UFF, 2010) e Educação (UFSC, 2016). É professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lecionando também no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: victor.a.melo@uol.com.br.

Eric Hobsbawm (2009) assim se refere ao conjunto de mudanças que marcou a transição do século XVIII ao XIX:

(...) foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo. (p. 16)

A estruturação das fábricas e a subsequente necessidade de facilitar a circulação de mercadorias transformaram a cidade no *locus* privilegiado de vivências sociais, sede das tensões que se estabeleceram na transição entre o antigo e o novo regime. À necessidade de forjar um conjunto de comportamentos considerados adequados para a consolidação do modelo de sociedade em construção, adentrou-se a reorganização dos tempos sociais. A artificialização/desnaturalização do tempo do trabalho, uma decorrência da industrialização, deu origem a um mais claro delineamento do tempo livre.

Que relação se pode estabelecer entre essa nova dinâmica dos tempos sociais e as tensões relacionadas à construção de um novo *modus vivendi*? Este artigo tem por objetivo discutir como se conformaram costumes e usos do tempo na Inglaterra do século XVIII, tendo em conta que aquele conjunto de mudanças foi fundamental na configuração do que podemos definir como conceito moderno de lazer, o novo formato da diversão delineado no cenário do conjunto de mudanças antes descrito, algo que teve larga propagação por outros países na esteira dos avanços da Revolução Industrial.

NOVOS COSTUMES

O Reino Unido foi, com efeito, o primeiro país onde foram levantadas em grande escala as questões ligadas à organização do trabalho e dos lazes e à urbanização sem precedentes que a revolução industrial produziu. (PORTER, 2001, p. 21)

Na Inglaterra do final do século XVII, depois de décadas de tensões, nas quais a questão religiosa foi central, o rei Jaime II (católico) foi deposto e substituído por Guilherme de Orange (protestante), casado com a filha do antigo monarca, Maria II, que assumiu o trono com seu marido (1688). Com a assinatura da Declaração de Direitos, aprovada no Parlamento, encerrou-se o absolutismo inglês.

No âmbito das autodenominadas Revoluções Inglesas, exponenciou-se a influência dos interesses fundiários e demarcaram-se as condições tanto para o delineamento de uma aristocracia diferenciada quanto para a emergência da *gentry*, um estrato social que adotou um estilo de vida que combinava o rural e o urbano. Ao mesmo tempo, fortaleceu-se uma classe média que gozava de bom grau de liberdade para suas ações.

O contexto histórico da Inglaterra do século XVIII ajuda a entender por que foi por lá que surgiram as “matrizes da criação do mundo moderno”, relacionadas, inclusive, a uma elite intelectual que defendia liberdades civis, reformas sociais e inclusão social das classes médias (SOARES, 2007, p. 19). Nesse cenário, observa-se a gestação de estilos de sociabilidade relacionados à nova conformação do espaço urbano, ao fortalecimento de um mercado consumidor (que tem impactos nas práticas de entretenimento), à valorização da iniciativa e da propriedade privadas, do acúmulo de riquezas, da busca de instrução e conhecimento.

Alfabetizados, com maior formação escolar, com maior poder aquisitivo, os membros da classe média foram mesmo fundamentais no delineamento dos primórdios de uma indústria do entretenimento. Tendo-os como público-alvo, gestaram-se alternativas de diversão. Para os membros da aristocracia e da *gentry*, tais alternativas já existiam de forma clara. Para os populares, havia as feiras e festivais. Faltava algo mais especificamente relacionado ao estilo de vida desse estrato intermediário. Balneários e termas, cafés e cervejarias, espaços esportivos: a vida transfere-se cada vez mais para a esfera pública. Distendem-se, não sem polêmica, os costumes.

No decorrer do século XVIII, pode-se observar a diversificação do mercado de entretenimento. Lembra Roy Porter que a cidade inglesa, até então caracterizada pelas atividades comerciais, naquele momento tornou-se “cada vez mais um lugar de consumo e de diversão, onde os ricos podiam mostrar-se no teatro, ‘a águas’ nas estâncias termais, no baile e nas lojas elegantes das avenidas. Tinha nascido a cidade do lazer” (2001, p. 23).

Soares (2007) lembra que John Plumb, um dos historiadores pioneiros a se preocupar com os momentos de diversão, sugeriu que o entretenimento tornou-se uma indústria entre os anos 1750 e 1760, estabelecendo uma “relação direta entre a Revolução Industrial e o processo de expansão do consumo (aqui incluído o consumo relacionado ao lazer, à arte, à cultura e aos esportes), aspectos fundamentais para a emergência de uma sociedade capitalista-industrial” (p. 140).

Se a valorização do consumo é anterior, foi mesmo em função dos desdobramentos da Revolução Industrial que a ideia se consolidou, algo simples de entender se tivermos em conta o maior número de mercadorias disponível, a consequente possibilidade de barateamento de preços e o cenário de potencialização de trocas internacionais, aspectos diretamente ligados ao desenvolvimento científico: a tecnologia aperfeiçoa as condições de produção, mas também tem impactos significativos na nova dinâmica de diversão.

Isto é, o processo de transição da manufatura para uma indústria cada vez mais mecanizada e pesada não só tem relação com as mudanças econômicas, como também com o forjar de novos hábitos culturais, com a gestação de um forte mercado interno e com a busca de produtos cada vez mais refinados, ou que pelo menos expressassem o refinamento possível para cada estrato social.

No novo “teatro público”, o uso de certos produtos e a frequência em determinados espaços passam a funcionar como elementos de status e distinção, marcando as diferenças sociais e mesmo estabelecendo horizontes de possibilidades para os que sonhavam com outra vida. Mudava também o perfil do público, impelido a ter comportamentos controlados, e o modo de organização das atividades, crescentemente profissionalizadas.

Não devemos, contudo, negligenciar a influência do puritanismo nas classes médias em ascensão, um processo que fora se fortalecendo no decorrer dos séculos XVI e XVII, marcando a própria constituição da burguesia. Essa constatação é, aliás, o ponto de partida de Max Weber em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (lançado em 1904/1905 e relançado em 1920): “o caráter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão de obra qualificada” (2004, p. 29).

Weber não deixou passar despercebido o impacto do puritanismo na construção de uma ideia racional de diversão. O autor recorda que a Reforma Protestante não se dera em função do excesso de controle religioso dos católicos, antes o contrário, de sua insuficiência. Nesse sentido, entende-se o porquê das estratégias de regulamentação de todos os aspectos da vida, entre os quais as práticas de entretenimento.

Por que as classes médias teriam, a princípio, aderido a esses pressupostos com tanto fervor? Para os emergentes era interessante a ética proposta pelo pensamento puritano, o trabalho visto como um dever, ganhar dinheiro como uma obrigação:

Ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão completamente despido de todos os pontos de vista eudemonistas ou mesmo hedonistas e pensado tão exclusivamente como um fim em si mesmo, que, em comparação com a “felicidade” do indivíduo ou sua “utilidade”, aparece em todo caso como inteiramente transcendente e simplesmente irracional. (WEBER, 2004, p. 46)

A ascese se instituiu como padrão dessa nova ética em construção, não só no que se refere a combater comportamentos que desvirtuassem o que deveria ser o objetivo central da vida (a profissão e os benefícios financeiros daí advindos), como também o próprio uso “inadequado” do capital acumulado.

O puritanismo, todavia, não combatia qualquer forma de diversão, mas sim aquelas, tanto das classes mais altas quanto das camadas populares, que, de acordo com seu olhar, desviassem os indivíduos do que devia ser sua devoção. Mesmo que propugnando a centralidade do trabalho, ressaltava-se a necessidade de momentos de descanso, desde que não interferissem na obrigação – a menos que servissem para potencializá-la –, nem contradissem a moral que justificava a sua reificação.

Essa forma de pensar, curiosamente, se contrapunha a uma das dimensões marcantes do século XVIII, a já citada valorização do consumo, que, para os puritanos, só deveria ser aceito se estivesse relacionado a posses absolutamente necessárias. Com isso, estimulou o enriquecimento, tornando-o legítimo, desde que fosse fruto de uma vida devotada ao trabalho.

Resultado: trabalha-se muito, ganha-se muito, gasta-se pouco – acumula-se capital, fundamental para tocar as grandes iniciativas empresariais que logo estariam em curso. Em um contexto em que eram favoráveis as condições econômicas e culturais para que o capitalismo pudesse se desenvolver, não é surpresa que a Inglaterra tenha sido o país da Revolução Industrial.

Como se coadunavam a ascese puritana com o consumo potencializado pelas novas iniciativas comerciais? Como bem lembra Hobsbawm (1996), “a moral da abstinência, moderação e contenção entrava dramaticamente em conflito com a realidade do sucesso burguês” (p. 329). Na verdade, “esses ideais de vida puritanos fraquejaram diante da duríssima prova de resistência a que os submetem as ‘tentações’ da riqueza, suas velhas conhecidas” (WEBER, 2004, p. 158). De qualquer forma, mesmo que paulatinamente abandonada pelas classes médias, a noção de ascetismo ainda poderia ter utilidade como estratégia de controle da massa de trabalhadores, sem que se possa dizer que houve sucesso total nessa iniciativa.

Na verdade, no século XVIII, a princípio, a influência religiosa não era generalizada para o conjunto da população. Os mecanismos de coerção só se desenvolveriam mais adequadamente no decorrer da centúria em curso e na seguinte. A própria *gentry*, desejando algum apoio/reconhecimento popular, preocupada em não permitir o crescimento da influência do poder religioso, não só adotava uma postura de permissividade, como chegava diretamente a apoiar algumas das atividades populares.

Essa postura tinha, entretanto, limites: o momento em que se percebia que essas manifestações geravam alguma forma de organicidade popular que punha em risco os projetos das elites. De fato, mesmo que houvesse alguns espaços de contato, observa-se um claro distanciamento entre ricos e pobres.

Enquanto as pessoas civilizadas reservavam diversos locais para seu uso próprio, tais como cortes, assembleias, óperas, bailes etc., as pessoas do vulgo, fazendo círculo em volta de uma praça real chamada Cercado dos Combates de Ursos de sua Majestade, tiveram sempre por quinhão os bailes, as feiras, as pândegas (...). Bem longe de se verem, uns aos outros, como “irmãos”, na linguagem cristã, dificilmente se consideravam da mesma espécie. (FIELDING apud THOMPSON, 2001, p. 218)

De qualquer forma, estavam semeadas as condições para que se gestasse uma solidariedade popular que teria grande impacto na constituição definitiva de uma economia mercantil e industrializada. A classe operária vai forjar-se a partir de uma série de experiências culturais em comum.

NOVOS USOS DO TEMPO

O século XVIII inglês foi marcado pela convivência (quase nunca pacífica) entre os primeiros momentos de uma economia renovada sustentada na ideia de mercado e um *modus vivendi* ainda tradicional.

A princípio foi “doméstico” o modelo de produção: antigos artesãos ou camponeses no tempo entre as colheitas trabalhando em sua própria residência, com seus próprios recursos, manipulando a matéria-prima que compravam de mercadores, estes também responsáveis por distribuir o produto final. Logo, entretanto, o tear manual foi sendo substituído pelo tear a vapor. A manufatura transformou-se na fábrica; a fábrica, na indústria. Foi um processo paulatino, em certa medida mais lento do que a burguesia esperava.

Thompson sugere, inclusive, que o uso do termo *lazer* (no seu sentido moderno) é ainda inadequado para alguns momentos do século XVIII já que “persistiam a pequena lavoura e a economia doméstica, bem como, em grandes áreas da indústria manufatureira, a organização do trabalho era tão variada e irregular que é ilusório traçar uma distinção nítida entre trabalho e lazer” (1998a, p. 52).

De toda maneira, conforme o novo modelo de produção foi se consolidando, observa-se uma maior diferenciação dos tempos sociais. Paulatinamente, o ritmo da fábrica passou a regular a vida cotidiana, delineando um tempo livre em horário definido, possível porque a classe operária teve sucesso em algumas de suas reivindicações, entre as quais a regulação da jornada diária e semanal (a semana inglesa). Aos poucos, os tempos mais flexíveis (do ritual, da natureza, do artesanato) foram sendo substituídos pelo tempo da produção racionalizada.

As tensões se exponenciaram nesse processo. Não foi fácil a adequação ao novo modelo de trabalho, não foram poucos os conflitos. O caso da santa segunda-feira parece ser, nesse sentido, luminar. Apesar dos ataques que sofreu, “perpetuou-se na Inglaterra até o século XIX – e, na verdade, até o século XX – por complexas razões econômicas e sociais” (ibidem, p. 283). Ainda tardaria a se generalizar a jornada diária capitalista. As festas e feiras eram utilizadas como forma de negativa aos intuitos de coerção. As fugas e pequenas atividades diárias de diversão, como as idas às tabernas, também.

Foi nesse cenário que se desencadearam as disputas pela redução e regulamentação do tempo de trabalho. Uma articulação entre o eco das reivindicações dos trabalhadores, posições de intelectuais que repercutiam tais proposições e mesmo compreensões econômicas (vislumbrando o aumento de ganhos pela potencialização da força do trabalhador) foi tornando mais comum a aceitação de que devia-se limitar a jornada diária, oficializar os feriados, estabelecer dias livres aos fins de semana, reconhecer os direitos trabalhistas reivindicados.

Foram entabuladas ações de controle que iam desde a melhoria da eficiência da atuação judicial/policial à criação de “organizações humanitárias” destinadas a “amenizar” as diferenças. Fundamentalmente buscava-se

umentar o rigor das normas sociais. Tratava-se de manipular e reformular códigos culturais no intento de promover comportamentos considerados adequados para não pôr em risco o *establishment*. Os divertimentos populares foram um dos alvos prioritários dessas ações:

As diversões dos pobres foram alvo de uma forte oposição religiosa e legal, e até mesmo as mais inócuas foram consideradas impróprias. A Sociedade pela Supressão do Vício estendeu sua esfera de ação para as “cervejas de 2 penies, bazares de pão de gengibre e quadros obscenos”. Os banhistas nus eram perseguidos como se fossem criminosos sujeitos às carretas de condenados e à guilhotina (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 293).

As autoridades cada vez mais passaram a se preocupar com “as tabernas, feiras e quaisquer grandes concentrações de gente – fonte de ociosidade, rixas, sedição ou contágio” (ibidem, 1987, v. 1, p. 60). Eram encaradas como potencialmente perigosas por serem consideradas perturbadoras da ordem, porque se opunham à lógica do trabalho extenuado, porque estavam relacionadas a antigos estilos de vida que precisavam ser combatidos: “O processo de industrialização precisava impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível” (ibidem, v. 2, p. 29).

Além disso, era no tempo/espço dos divertimentos que se congregavam os indivíduos que sofriam com as mesmas contradições e problemas. Se era o mundo do trabalho, da forma como estava sendo concebido pelo modelo de produção industrial, que incomodava, era no mundo do não trabalho que se tinha a oportunidade de refletir mais profundamente sobre as consequências das mudanças. Nas tabernas, feiras e festas populares, os contestadores se reuniam para articular suas ações:

(...) sabemos que as seções nem sempre se encontravam aos domingos em casas particulares: muitas seções, nos bairros mais pobres, eram expulsas de taberna para taberna. E o relato de W. H. Reid sobre as reuniões do clube no final dos anos 1790 – com “canções onde o clero era tema constante de insultos, cachimbos e tabaco, as mesas forradas com publicações de 1, 2, 3 penies” – parece tão plausível (...). (Ibidem, v. 1, p. 171)

Como estratégias de controle, mais do que a ação jurídica e policial, havia ainda as iniciativas de cunho religioso, marcadas pela propagação de “um protestantismo beato, rígido, farisaico, sem intelectualismo, obcecado com a moralidade puritana a ponto de tornar a hipocrisia sua companheira automática” (HOBSBAWM, 2009, p. 263). O metodismo ampliou significativamente sua influência no operariado nascente, buscando imprimir uma lógica de vida ascética, na qual se destacava a utilização da noção de pecado como ferramenta. Tratava-se de disciplinar o trabalhador levando a coerção para o interior de cada indivíduo.

Os metodistas muito se empenharam no combate aos divertimentos populares; afinal, se a obrigação era considerada uma virtude suprema, o ócio deveria ser substituído pela prece e oração:

O metodismo incluiu entre suas proibições os jogos de cartas, as roupas coloridas, os ornamentos pessoais e o teatro. Escreveram-se opúsculos contra as danças e as canções “profanas”. Consideravam-se profundamente suspeitas as artes e a literatura que não tivessem motivações devocionais. O terrível *Sabbath* vitoriano começou a estender sua opressão antes mesmo do nascimento da Rainha Vitória. (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 300)

Como bem define Thompson, “as pressões em favor da disciplina e da ordem partiam das fábricas, por um lado, e das escolas dominicais, por outro, estendendo-se a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta” (ibidem, p. 292).

Curiosamente, entre lideranças sindicais também houve iniciativas de controle das práticas de diversão. A exemplo do que se podia observar no comportamento das elites, percebe-se naquele grupo uma “clara reação das pessoas instruídas em relação aos divertimentos tradicionais do povo” (idem, 2002, p. 28). Desenvolveu-se uma tradição que propugnava a ideia de que a cultura era um privilégio de poucos, de uma vanguarda que deveria conduzir a organização da maioria, que supostamente não teria condições de escolher seus caminhos em meio a uma sociedade turbulenta.

Nesse âmbito podemos situar a oferta de um conjunto de atividades no que se denominou “recreação” ou “recreação racional”, as primeiras excursões de trabalhadores organizadas por Thomas Cook, o próprio redimensionamento da escola. Não raro, os “divertimentos adequados” que se ofereciam eram simples apropriação de antigas práticas populares proibidas reconfiguradas. Higienizadas, não seria equivocado dizer. Um bom exemplo foram as iniciativas contrárias às “práticas bárbaras” (touradas, lutas de animais etc.) e a simultânea configuração do esporte em seu sentido moderno, manifestação cultural que logo dialogaria com as ideias de saúde e compleição muscular.

Paralelamente, fortaleceu-se um mercado de entretenimento que, além de garantir lucros diretos aos empresários envolvidos, reforçava a continuidade da manipulação de códigos culturais de acordo com os interesses do *status quo*. Começava a delinear-se aquilo que Guy Debord (1997) define como centralidade da articulação espetáculo-consumo na conformação dos rumos sociais.

Há que se ter em conta que, mesmo com enormes restrições, e certamente com transformações, verifica-se a manutenção de antigos estilos de vida. Os momentos de diversão eram, nesse sentido, e não obviamente de um ponto de vista institucional, uma forma de resistência. No cotidiano se estabeleciam importantes estratégias de luta, muitas vezes manifestas como desordem, deficiência, indisciplina.

Na transição dos séculos e nas primeiras décadas do XIX, identifica-se algo aparentemente paradoxal: “uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde” (THOMPSON, 1998c, p. 19). O “costume” era elemento fundamental no enfrentamento à implementação da nova disciplina fabril, às interferências nos comportamentos, inclusive no que tange às dinâmicas de diversão.

Se houve algo que contribuiu para a mudança de hábitos, centralmente não foi o combate moral, não foi a ação religiosa direta, tampouco as intervenções policiais, e sim os próprios desdobramentos da consolidação do capitalismo. A industrialização não só aumentou a miséria, como reduziu o tempo e o espaço de diversão.

Havia uma compreensão de que a pobreza era fundamental para manter o trabalhador ativo. O raciocínio era: se ele tiver muito dinheiro, trabalha menos e preenche o tempo livre com futilidades. Mais ainda, em uma dinâmica social em que a demonstração exterior de capacidade de consumo se apresentava como elemento de poder, não ter como pagar o que exibir era um importante indicador de inferioridade.

Os desdobramentos desse processo se tornam mais claros no decorrer do século XIX. Isso seria tema para outro artigo.

CONCLUSÃO

O conjunto de ocorrências discutido neste artigo foi primordial na conformação do que podemos definir como conceito moderno de lazer (ou a diversão em seu sentido moderno). No decorrer dos séculos XIX e XX, os desdobramentos desse processo foram marcados pelo aumento do caráter público dos divertimentos; aperfeiçoamento das estratégias comerciais ao seu redor; maior difusão da nova organização dos tempos sociais; aumento das tensões entre classes sociais no âmbito da diversão, bem como seu uso para estratégias de autoformação. Vale considerar que aquilo que ocorreu na Inglaterra do século XVIII teve grande influência mundial, espalhando-se para um número cada vez maior de países na esteira do protagonismo britânico no que tange à Revolução Industrial.

Ao observarmos tais fatos, parece possível afirmar que, no processo de consolidação do capitalismo, o controle do tempo do não trabalho foi compreendido como uma dimensão fundamental para garantir o “progresso”. Frente às iniciativas de controle, o tempo/espaço dos divertimentos foi também uma esfera de tensão e resistência. Não parece absurdo dizer que um dos grandes fóruns de luta para a consecução do ideário capitalista foi mesmo o âmbito do lazer.

Se a manufatura e as novas ordenações temporais decorrentes gestaram o que hoje chamamos de lazer, o novo formato da diversão no âmbito de uma sociedade marcada pela artificialização/desnaturalização dos tempos sociais, esse novo fenômeno histórico (moderno) também foi um dos responsáveis por gerar a indústria da forma como hoje a concebemos: trabalho e diversão, indústria e lazer se gestaram mutuamente.

Assim sendo, se é um equívoco pensar o lazer somente como um subtrato do trabalho, o oposto é igualmente equivocados: abandonar a questão do trabalho na análise da importância do lazer. É fundamental tentar captar a complexidade social e histórica em que ambos se inserem.

O que haveria de contemporâneo nesse debate? Mesmo que estejamos em uma sociedade pós-industrial, boa parte das tensões que marcaram aquele cenário permanecem, ainda que com outras conformações. Num de seus mais célebres textos, Thompson afirma: “estamos agora num ponto em que os sociólogos passaram a discutir o problema do lazer. E uma parte do problema é: como o lazer se tornou um problema?” (1998b, p. 302). Certamente algumas respostas a essa questão podem ser encontradas na história, desde que sejam bem entabulados os esforços de investigação.

Vale concluir este artigo com uma reflexão de Thompson, ainda que pareça utópica. Ao comentar a dinâmica de tempo controlado, supondo que pode chegar o dia em que a automação possa gerar mais tempo de lazer (algo que lamentavelmente não temos observado), o autor sugere que a questão central passa a ser “como empregar esse tempo” e discutir como a indústria de entretenimento se apropriará disso. Nesse sentido, teríamos que reaprender as “artes de viver” perdidas com a Revolução Industrial, o que acabou por gerar uma enorme separação entre trabalho e vida (quando não a construção de uma representação de que o trabalho é a vida). Assim:

Se as pessoas vão ter de satisfazer ao mesmo tempo as exigências de uma indústria automatizada altamente sincronizada e de áreas muito ampliadas de “tempo livre”, devem de algum modo combinar numa nova síntese elementos do velho e do novo, descobrindo um imaginário que não se baseie nas estações, nem no mercado, mas nas necessidades humanas. A pontualidade no horário de trabalho expressaria respeito pelos colegas. E passar o tempo à toa seria comportamento culturalmente aceito. (Ibidem, p. 303)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A era das revoluções*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 1999.
- PORTER, Roy. Os ingleses e o lazer. In CORBIN, Alain (org.). *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001. pp. 19-58.
- SOARES, Luiz Carlos. *A Albion revisitada*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2007.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Patrícios e plebeus. In _____. *Costumes em comum*. São Paulo:

- Companhia das Letras, 1998 (a). pp. 25-85.
- _____. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (b). pp. 267-304.
- _____. Introdução: costume e cultura. In _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (c). pp. 13-24.
- _____. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 203-226.
- _____. Educação e experiência. In _____. *Os românticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 11-48.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.